

A PERSUASIVIDADE NO DISCURSO RELIGIOSO

PERSUASIVENESS IN RELIGIOUS SPEECH

Nathally Regina Monteiro Nunes Campos

Pós-graduanda em Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Graduanda em Letras pela Universidade Severino Sombra (USS)

E-mail: nathallyregina@hotmail.com

Roberta da Costa Vieira

Mestre em Letras, UFF

Graduanda em Letras pela Universidade Severino Sombra (USS)

E-mail: rvieira03@hotmail.com

RESUMO

Este artigo pretende analisar as estratégias persuasivas encontradas em excertos de discursos religiosos cristãos. Trataremos o discurso religioso como um registro e discutiremos a distinção entre propriedades e marcas deste tipo de formação discursiva (ORLANDI, 1987). Discorreremos acerca da noção de reversibilidade no discurso e seu aspecto diferencial no dizer religioso, denominado por Orlandi (1987) de *ilusão de reversibilidade*. A título de exemplificação, utilizaremos neste trabalho, trechos de textos do líder religioso da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, publicados no periódico veiculado pela referida instituição, intitulado *Folha Universal*.

Palavras-chave: Discurso religioso. Ilusão de Reversibilidade. Persuasão.

ABSTRACT

This article aims to analyze the persuasive strategies found in excerpts from Christian religious discourses. We will treat religious speech as a record and discuss the distinction between properties and trademarks in this kind of discursive formation (ORLANDI, 1987). We will discuss about the concept of reversibility in speech and its differential aspect in the religious speech, named by Orlandi (1987) the *illusion of reversibility*. As an example, we will use in this work, excerpts from texts of the religious leader of the Universal Church of the Kingdom of God, Macedo, published in the journal served by this institution, entitled *Folha Universal* (Universal Journal).

Key-words: Religious Discourse. Illusion of reversibility. Persuasion.

1 INTRODUÇÃO

Aí está uma diferença fundamental entre o discurso religioso e os outros: nos outros discursos a que nos referimos, esses lugares são disputados e a retórica é uma retórica de *apropriação*. O sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar. [...] No entanto, isso não se dá no caso do discurso religioso. O representante, ou seja, aquele que fala do lugar de Deus transmite Suas palavras. O representa legitimamente, mas não se confunde com ele, não é Deus. E daí deriva a “ilusão” como condição necessária desse tipo de discurso: o como se fosse sem nunca ser. (ORLANDI, 1987, p. 228).

O discurso religioso cristão está presente em quase todos os países do mundo representando inúmeros seguidores em diferentes segmentos do cristianismo como o catolicismo e o protestantismo. O presente trabalho objetiva investigar os mecanismos persuasivos existentes nos discursos do líder religioso Edir Macedo com fins a garantir a adesão de um auditório específico: o corpo de fiéis. Pretende-se também analisar o discurso religioso cristão quanto às suas propriedades e especificidades, defini-lo quanto à sua função e relevância e identificar estratégias discursivas de persuasão na sua formação.

A presença de estratégias persuasivas discursivas, a colaboração quase que nula do receptor e a imposição através da palavra são características inerentes ao discurso religioso e que corroboram para seu status de formação discursiva de caráter autoritário (CITELLI, 2006, p. 45).

A argumentação e a persuasão, neste tipo de manifestação discursiva, à luz de Citelli (2006), são marcadas pelo uso frequente de metáforas, as parábolas são exemplos de formações metafóricas utilizadas para representar situações do cotidiano humano; de antíteses, oposições clássicas e extremistas como céu e inferno, bom e mau, Deus e Diabo; do modo imperativo, imposição através do modo verbal; de vocativos ou sintagmas cristalizados¹, expressões consolidadas e características do discurso como “todo poderoso”, “Pai Eterno”. Os jargões também são distintivos deste tipo de discurso, de maneira que, um indivíduo não pertencente à comunidade religiosa encontra dificuldade de compreender termos particulares utilizados.

O discurso religioso segue padrões de especificidade diferentes de outros discursos nos quais o emissor fala ao receptor por si mesmo. Segundo Orlandi (1987) neste discurso, o comunicador interpreta uma mensagem que não o pertence, ele apenas representa o real emissor, Deus. Ao elaborar o discurso transmitindo uma mensagem supostamente divina, o representante religioso construirá um texto impregnado de significações próprias e pareceres individuais.

Quanto à colaboração do receptor no discurso, percebe-se que não há espaço na manifestação discursiva religiosa para a troca de informações e/ou opiniões entre os interlocutores. O diálogo é substituído por um monólogo. Isto acontece porque a mensagem professada por Deus e reorganizada pelo seu porta-voz é acrítica e expressa a verdade imutável e inquestionável. Não existem argumentos que possam modificar ou dissolidificar o que se fala em nome de Deus. Observando esta particularidade, Orlandi (1987) introduz o conceito de reversibilidade que abordaremos mais adiante.

No discurso religioso, o emissor possui o poder pela palavra. Segundo Citelli (2006), “estamos diante da mais visível forma de persuasão e do mais invisível eu persuasivo”. Diante desta afirmação, observamos que a fé parece ser bastante e suficiente à comunidade religiosa, o discurso religioso não necessita dispor de comprovações empíricas para que seja validado. Sua sustentação advém de dois aspectos importantes e específicos desta tipologia discursiva: sua autoria indiscutível e a possível punição pela transgressão. Os mandamentos de Deus, mesmo que representados por emissores diversos, mantêm seu caráter irrevogável como o discurso do Ser Maior. E o receio da pena imposta pela transgressão das leis de Deus justifica a submissão dos fiéis.

Na sequência, abordaremos a formação discursiva religiosa como um registro e suas características como tal. Para tanto, discorreremos, primeiramente sobre o conceito de registro, particularmente no que tange sua funcionalidade. Logo a seguir, discutiremos as peculiaridades e especificidades do discurso religioso analisando a complexidade do seu funcionamento enquanto ferramenta persuasiva nas mãos de representantes de comunidades religiosas, especificamente do representante religioso da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo.

2 REGISTRO

É lugar comum o fato de que dentro de uma mesma língua há variações e que estas podem manifestar-se em diferentes regiões, classes sociais e gerações. É possível caracterizar uma pessoa através de sua fala. Sua idade, seu sexo, sua classe social e sua origem podem ficar explícitas em seu modo de escolher e articular seu discurso. Uma pessoa jovem frequentemente utiliza palavras diferentes das usadas por uma pessoa mais idosa. Seu léxico pode ser composto de gírias e denominações que talvez não existissem no passado. Os

dialetos adotados nas várias regiões de um determinado país também permitem distinguir a comunidade linguística daquele habitante. Até mesmo o sexo pode ser diferenciado pela fala. McCleary (2006) afirma que “pesquisas mostram que a linguagem das mulheres tende a ser menos afirmativa e os homens tendem a interromper quem está falando mais frequentemente que as mulheres”.

As variações linguísticas ocorrem também de acordo com a necessidade de um falante em determinado momento ou situação. Um mesmo falante pode modificar o discurso dependendo do contexto no qual se encontre. A essa variação no nível de formalidade do comportamento linguístico, chamamos registro. De acordo com Cabral (1988, p. 207) “As variedades que dependem do receptor e da situação são: os registros, nos quais podem ser observados vários graus de formalismo; a modalidade que pode ser escrita ou oral; e a sintonia”.

A variação de registro permite a graduação da formalidade para a informalidade por qualquer locutor, livre a subordinação de outras variações linguísticas. Qualquer enunciador poderá alterar sua mensagem de acordo com o grau de formalidade exigido pelo contexto. Cabral (1988) entende que os graus de registro dependem dos receptores a quem o locutor quer alcançar, assim definindo-os, na modalidade oral, como: a) familiar: empregado entre membros de uma mesma família em sua intimidade; b) coloquial distenso: empregado entre pessoas que possuem o mesmo status, como no ambiente de trabalho; c) coloquial tenso: empregado entre pessoas de diferentes status, em diferentes atividades; d) formal: empregado em entrevistas e por pessoas que não são íntimas; e) oratório: empregado em conferências e em solenidades. Na modalidade escrita, a autora define-os como: a) pessoal: bilhetes e recados; b) informal: cartas familiares; c) semiformal: correspondência comercial, d) formal: relatórios e artigos.

Embora as modalidades de registro tenham sido classificadas separadamente, Matheus *et all* (1983 *apud* Ribeiro, 2002) afirmam que em alguns textos, as características dos registros orais e escritos não estão isoladas em si mesmas. Há textos escritos que reproduzem a fala e discursos orais que, por sua polidez, aproximam-se da linguagem escrita.

O grau de registro pode apresentar-se extremamente formal, repleto de estruturas gramaticais complexas em relação ao discurso informal, léxico modificado e jargões que interferem na compreensão da mensagem. A essa variação chamamos diglossia.

Além dos graus de registros, Cunha e Cintra (1984) apontam pelo menos três tipos de variações internas existentes em uma língua: as variações diatópicas (variantes regionais), diastráticas (níveis culto e popular) e diafásicas (modalidades expressivas). No que tange as variações diastráticas, estas referem-se às modificações linguísticas existentes no discurso de representantes dos diversos níveis socioculturais, áreas do conhecimento e comunidades fechadas. A seleção vocabular e os jargões utilizados identificam o enunciador como representante de um determinado grupo social ou profissional. Cabral (1988) argumenta que

Não só os membros de um mesmo grupo profissional desenvolvem um léxico altamente especializado inacessível aos leigos, como também possuem um jargão para as coisas do dia a dia só por eles usados. (CABRAL, 1988, p. 208).

Como ressalta Chaika (2008 *apud* VIEIRA, 2011), os jargões servem o propósito da união. Estas expressões possibilitam ligações mais próximas e proporcionam maior eficiência comunicativa entre os membros de um grupo. A compreensão da mensagem acontece de forma rápida e indubitável. O objetivo do uso de termos específicos é evitar a ambiguidade do discurso a ser proferido. Quando mencionamos a palavra “inimigo”, na linguagem religiosa, os representantes da referida comunidade entendem que não se trata de qualquer adversário, mas sim, de uma forma de se esquivar de proferir o termo “diabo”. Assim como, dizer que algo “está amarrado” seria uma forma de anular o poder do mal através das palavras.

2.1 DISCURSO RELIGIOSO COM REGISTRO

A partir das proposições debatidas anteriormente, é possível qualificar o discurso religioso como um tipo de registro. A especificidade vocabular deste tipo de discurso, compreensível majoritariamente por integrantes de comunidades religiosas e a utilização de jargões como estratégia de unificação do grupo potencializam a concepção do discurso religioso como variação linguística.

No próximo tópico, discutiremos as particularidades do discurso religioso, considerando a dicotomia entre propriedades e marcas do discurso proposta por Orlandi (1987).

3 PECULIARIDADES DO DISCURSO RELIGIOSO

À luz de Orlandi (1987), as manifestações discursivas podem ser organizadas levando em consideração dois critérios: a interação e a polissemia. A interação refere-se ao papel desempenhado pelos sujeitos do discurso, sendo ele estruturado por seus interlocutores,

determinando assim uma relação recíproca ou não. A polissemia reporta-se ao objeto do discurso, a mensagem elaborada pelos interlocutores. Estes dois critérios determinam três grandes estilos prevaletentes de um discurso: lúdico, polêmico e autoritário. Concluímos estes estilos como prevaletentes porquanto, segundo Citelli (2006) “*não estamos diante de categorias autônomas, mas de dominância*”. Ou seja, não são formas regulares e sim condensadas. Uma tipologia aparecerá no discurso com aspecto mais marcante do que a outra, sendo, portanto este aspecto, responsável pela caracterização deste discurso. No que tange as tipologias discursivas, Orlandi (1987) afirma que

Nesse sentido, podemos caracterizar os três tipos de discursos da seguinte maneira: o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida. (ORLANDI, 1996 *apud* PETEAN, 2008).

De acordo com a referida autora, o discurso lúdico apresenta reversibilidade completa entre os interlocutores. A intenção não é a persuasão, mas a troca de informações entre falante e ouvinte. No discurso polêmico observamos que há a tentativa dos interlocutores em persuadir um ao outro, como num debate. No que se refere ao discurso autoritário, percebemos explicitamente a prática persuasiva. No discurso autoritário, segundo Citelli (2006), a reversibilidade é nula, não registra-se a reciprocidade entre interlocutores e a intenção da persuasividade tende a caracterizar a mensagem. O processo de comunicação é substituído pelo discurso de um enunciador exclusivo.

O discurso religioso, segundo Citelli (2007), caracteriza-se como autoritário na medida em que, o receptor não interfere nem modifica a mensagem do enunciador. O líder religioso mantém seu discurso inalterável e sacramentado, uma vez que diz reproduzir a fala de Deus. Não há possibilidade de argumentação por parte dos fiéis, o dizer proclamado pelo representante de Deus é inquestionável. Contudo, Orlandi (1987) afirma que em se tratando do discurso autoritário, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão de reversibilidade que sustenta este discurso.

Para Orlandi (1987), o discurso religioso constitui-se de propriedades que o definem e marcas que o caracterizam. Para que possamos determinar a especificidade deste discurso, é importante diferenciarmos estes dois conceitos segundo a referida autora. Segundo o que pensa (ORLANDI, 1987), a propriedade tem mais a ver com a totalidade do discurso e sua relação com a exterioridade, enquanto a marca diz respeito à organização do discurso.

As marcas de um discurso não são exclusivas a ele e aparecem também em outras tipologias, contudo, a maneira como essas marcas referem-se às suas propriedades é que definem a formação discursiva. A propriedade que particulariza o discurso religioso é a não reversibilidade entre os planos temporal e espiritual. A reversibilidade, conforme mencionado anteriormente, diz respeito à participação do emissor e do receptor em uma situação discursiva.

No discurso religioso, a interação entre emissor e receptor no processo de comunicação é comprometida, visto que o autor do discurso é Deus e a reversibilidade entre enunciadores não é possível. Há, de acordo com Orlandi (1987), uma desproporcionalidade na relação entre interlocutores, estando Deus no plano espiritual, e os fiéis, no plano temporal. Contudo, há a ilusão desta interação discursiva, dado que os representantes religiosos interpretam a mensagem de Deus. Citelli (2006) ressalta que estes agentes apenas reproduzem um discurso que, na realidade, não os pertence, portanto, a reversão é realizada com entidades de segundo grau (representantes) que nem sempre conseguem perceber a distância entre a verdadeira intenção do dito e a intenção particular do dizer.

Ainda quanto à ilusão da reversibilidade, Sant'Anna (2009) salienta que seu desenvolvimento se dá por uma ilusiva capacidade de livre-arbítrio, quando de fato, o que ocorre é o ditame dos mandamentos de Deus interpretado pelo representante religioso. O autor argumenta que

A violência deste tipo de discurso é diluída por uma falsa sensação de que o interlocutor é o responsável por uma decisão que não lhe compete, pois é determinada anteriormente pela imposição da vontade soberana do Deus em nome de quem o sacerdote fala. (SANT'ANNA, 2009, p. 503).

Ao referir-se às marcas do discurso religioso, Orlandi (1987) ressalta a questão da dissimetria entre os planos temporal e espiritual que se converte no texto de forma semântica e também, pragmática. Segundo a autora supracitada

o que se pode apreender imediatamente, no texto, é o uso de antíteses, que é a forma semântica correspondente à dissimetria. A antítese, por sua vez, se apoia no mecanismo gramatical da negação. Como os mundos – temporal e espiritual - são opostos e afetados de um valor hierárquico, a negação tem um efeito invertido, quando referidas às diferentes ordens do mundo (ORLANDI, 1987, p. 233).

4 METODOLOGIA

4.1 INTRODUÇÃO

A fim de verificarmos a relevância de nossos objetivos, realizamos um estudo de cunho qualitativo, de excertos de textos religiosos retirados do periódico *Folha Universal*. O material selecionado possui grande circulação entre os membros da Igreja Universal do Reino de Deus, a qual é liderada pelo pastor Edir Macedo. Diante deste material propomos a observação de técnicas persuasivas contidas no mesmo e uma breve análise, conforme os estudos da arte retórica de Aristóteles (384-322 a.C.).

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

É possível entender, a exemplo de Torresan (2007), que o discurso religioso apoia-se nas oposições. No plano temporal situam-se o mortal, o efêmero, o falível e o finito. O plano espiritual, em contrapartida, sustenta-se na imortalidade, no eterno, no infalível e no infinito.

A forma pragmática refere-se a retórica da denegação. O discurso religioso nega o negativo (ORLANDI, 1987, p. 233), o homem acumula os valores negativos e a mensagem religiosa mostra o caminho para a salvação. Ainda em relação a retórica da denegação, podemos definir a disposição usual das partes de muitos tipos de discursos religiosos, segundo o esquema a seguir: *Exortação, Enlevo e Salvação* (ORLANDI, 1987, p. 233).

Quanto à Exortação, destacam-se os seguintes elementos característicos: a identificação dos sujeitos entre si, a quantificação e a denegação. A identificação dos sujeitos acontece através de vocativos, como “Caríssimos irmãos!”, “Queridos fiéis”. O representante religioso aproxima os que se reconhecem como comunidade e distancia os que não pertencem ao grupo. Da mesma forma, a quantificação também delimita a coletividade. O pronome “nós” seleciona os que estão incluídos e ignora os que estão de fora. A denegação, por sua vez caracteriza-se pelos contrastes tendenciosos entre *Deus e Diabo, Bem e Mal, Perdição e Salvação*.

Com relação ao Enlevo, é nesta parte do discurso que se pode notar a ilusão da reversibilidade². O emprego dos verbos no modo imperativo correlaciona os propósitos divinos à necessidade da Salvação da comunidade, os representantes religiosos ordenam e proíbem em nome da incontestável soberania de Deus. Os fiéis honram os mandamentos

professados por tais líderes como se obedecessem ao próprio Senhor. E favorecendo-se desta obediência, os que se julgam possuidores do discurso de Deus, tentam persuadir os ouvintes a seus propósitos. Ex.:

Quem quiser cair por esses espíritos, que vá nessas igrejas. Agora, se você estiver caído e quer se levantar, **venha para a Igreja Universal do Reino de Deus. Aqui nós trabalhamos para levantar as pessoas que estão caídas, prostradas, desanimadas.** Mas há movimentos aí que trabalham para levar às pessoas ao chão, na base da emoção, do demônio, na base dos espíritos imundos. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1020, 2011).

No que tange o que denominamos *Salvação*, esta parte do discurso manifesta-se pelo agradecimento dos fiéis a Deus pela graça alcançada ou pelo rogo dos representantes religiosos por algo ainda não conquistado. Ex.:

Gostaria de apelar para os valentes da mais nova Tribo de Israel, a IURD, e em especial aos seus filhos na fé, orações e jejuns por ele. Quem o fizer por ele, estará fazendo por mim. **Vamos unir nossas forças e fazê-lo tomar posse da cura Divina consumada no Calvário. Muito obrigado em o Nome do Senhor Jesus!** (FOLHA UNIVERSAL, Blog do Pastor, último acesso em 15/11/2011).

Ainda no que diz respeito às marcas do discurso religioso, Orlandi (1987) ressalta que o uso de imperativos e vocativos é característico de formações discursivas de pregação, bem como o uso de metáforas explicitadas por paráfrases, de antíteses, de performativos e de sintagmas cristalizados. Seguem abaixo alguns exemplos: Ex. de uso de imperativos e vocativos:

Meu amigo, minha amiga, se você ainda não encontrou a raiz do mal que lhe tem trazido prejuízos por muitos anos, participe da campanha “Corte a Raiz”, que lhe ajudará a descobrir e arrancá-la de uma vez por todas.

Mas, que fique bem claro, ninguém é obrigado a nada na IURD, nem mesmo a fazer a Fogueira Santa. A Fogueira Santa é uma atitude exclusivamente pessoal. **Não faça sacrifício porque estamos falando, mas faça pela sua fé! Se você não foi tocado, não ouviu a Voz da fé, do Espírito Santo, não participe!** Porque se você manifesta qualquer dúvida, mesmo um fio de dúvida, não é para ti esse propósito de revolta. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1006, 2011)

Ex. de uso de metáforas explicitadas por paráfrases:

O Senhor Jesus é o semeador e as boas sementes são os filhos do Reino de Deus. Quando a pessoa nasce de Deus, e é selada com o Espírito Santo, ela é trigo. Fomos plantados, semeados pelo Senhor Jesus. Já o joio são os filhos do diabo.

Neste mundo existe tanto o trigo quanto o joio. Na hora dos frutos, o trigo é trigo, o joio é joio. Então, você não sabe quem é quem, essa é a mais pura verdade. No dia certo, o joio será amarrado e lançado no lago de fogo, enquanto o trigo será colhido por Deus. O que me dá alegria é que o Senhor Jesus semeou em mim o trigo, e me deu a liberdade de pregar aquilo que a minha inteligência ressalta, o que faz a diferença entre os que são e os que não são. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1007, 2011).

Ex. de uso de antíteses:

O perdão é fruto de Deus, enquanto a mágoa é fruto do inferno, porque entreva as pessoas. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1003, 2011).

Ex. de uso de performativos:

Você não precisa estar no altar para ganhar almas. Mas pode contribuir com uma oferta mensal para que, através da IURD TV, venhamos a fazê-lo por você. Certamente, de cada um de nós, será cobrado os talentos emprestados. **Assim seja com cada contribuinte!** (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1010, 2011).

Ex. de uso de sintagmas cristalizados:

Se quiser, nem todo o inferno poderá barrá-lo! Seja munido de coragem e fé em Nome do **Senhor Jesus Cristo!** (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1019, 2011).

De acordo com a referida autora, estabelece-se, então, a existência de marcas que caracterizam o discurso religioso assim como propriedades que o definem, nos levando a conclusão de que as marcas não são exclusivas de somente um tipo de discurso, entretanto a forma como tais são utilizadas em relação à propriedade é que particulariza uma determinada manifestação discursiva.

4.2.1 A Função Persuasiva do Discurso Religioso

Diante do exposto acima, observa-se que a linguagem usada no discurso religioso possui função majoritariamente persuasiva porquanto, segundo Eco³ (2001) pretende levar-nos a conclusões definitivas determinando o que precisamos almejar, compreender e reear. Esta tipologia discursiva nos remete a composição do discurso clássico e a arte retórica, difundida como a arte do convencimento. Entretanto, deve-se ressaltar que a persuasão está intimamente ligada a liberdade de opiniões, visto que se não há conflito de ideias, o discurso persuasivo torna-se desnecessário. Como argumenta Citelli (2006, p. 93),

Para existir persuasão é necessário que certas condições se façam presentes: a mais óbvia é a da livre circulação de ideias. Em uma ditadura, em um regime que censura, fica um pouco estranho falar em persuasão, visto que inexistem ideias em choque. Não há pluralidade de mensagens e, portanto, é possível que o discurso nem chegue à fase persuasiva permanecendo nos mais baixos extratos civilizatórios...

Em virtude da evidente contribuição de Aristóteles (384-322 a.C.) à elaboração da arte da persuasão, discutiremos a seguir, as estratégias persuasivas empregadas no discurso religioso, a partir da sistematização elaborada pelo filósofo grego em sua obra *Arte Retórica*, e aplicaremos tais orientações ao discurso do líder Edir Macedo, a título de exemplificação.

4.2.2 Técnicas de Persuasão no Discurso Religioso

Obtém-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos variam, consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio..., é mesmo este o único fim a que visam os esforços dos autores atuais de artes oratórias. (ARISTÓTELES, 1964 *apud* VIEIRA, 2010, s/p).

Embora muitos pensadores clássicos tenham contribuído para o desdobramento da arte retórica em todo o mundo, segundo Herrick (2005 *apud* Vieira, 2010) foi Aristóteles quem realizou um dos estudos mais completos acerca desta arte.

De acordo com Citelli (2006), é com Aristóteles que a estrutura do discurso será analisada expondo o funcionamento de suas unidades compositivas voltadas a produzir persuasão. O referido autor argumenta que para Aristóteles, a retórica tem algo de ciência, o seja, um *corpus* com propósito definido e um método verificativo dos passos seguidos para se produzir persuasão. Ainda na visão do filósofo, à retórica não fica a incumbência de persuadir, mas sim de definir o mais eficiente meio de persuasão a intento de cada circunstância.

Assentemos que a Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão. Nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais artes têm, sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instruir e de persuadir... Mas a Retórica parece ser capaz de, por assim dizer, no concernente a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir. (ARISTÓTELES, s.d.:34).

Deste modo, como afirma Citelli (2006), Aristóteles indica em sua obra, regras a serem aplicadas em discursos persuasivos. Dentre elas, discorreremos acerca da estrutura textual persuasiva combinada em quatro etapas sequenciais e integradas (o *Exórdio*, a *Narração*, as *Provas* e a *Peroração*) empregadas no discurso religioso. À título de exemplificação, utilizaremos o texto de Edir Macedo para a Folha Universal, Edição 1006, 2011.

No que tange o *Exórdio*, podemos interpretá-lo como o início do discurso. Segundo Citelli (2006), a importância desta etapa se foca na pretensão de assegurar a fidelidade do receptor. É propriamente, a introdução do assunto que será abordado. Neste momento, o emissor intenciona conquistar a atenção dos fiéis apresentando um pequeno prólogo do que será exposto adiante, de forma a não extenuar a concentração do público. Podemos notar que no discurso a seguir, a globalização do tema e a breve explicação sobre sua intenção servem ao propósito do exórdio, sugerindo ao leitor o assunto que será discutido. Ex.:

Para tudo que quisermos nessa vida, o sacrifício se faz necessário; seja no objetivo de ter uma vida melhor, de mais qualidade. A prática do sacrifício é universal. O estudante que almeja uma profissão e quer se qualificar para o mesmo precisa sacrificar horas, dias e até madrugadas para realizar o sonho de ter um diploma. Quem quer lograr êxito tem que fazer sacrifício. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1006, 2011).

No que se refere a *Narração*, esta fase do discurso abrange a enunciação do objeto do discurso. Nesta circunstância, o primordial é garantir a exatidão e a validade das questões defendidas. Como argumenta Aristóteles

O que fica bem aqui não é nem a rapidez, nem a concisão, mas a justa medida. Ora, a justa medida consiste em dizer tudo quanto ilustra o assunto, ou prove que o fato se deu, que constitui um dano ou uma injustiça, numa palavra, que ele teve a importância que lhe atribuímos. (ARISTÓTELES *apud* CITELLI, 2006, p. 12).

No discurso religioso, a *Narração* pretende expor, de maneira objetiva, a opinião do enunciador. No trecho a seguir, o autor utiliza, primeiramente, uma citação bíblica como apoio teórico de seu discurso e em seguida, apresenta argumentos que justificam seu parecer, confirmando a intenção deste estágio discursivo. Ex.:

Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. (ROMANOS 12.1) Deus não aboliu o sacrifício. É impossível ter fé em Deus sem sacrifício. Todos nós precisamos sacrificar. Quem não sacrifica não conquista de forma alguma. Porque o sacrifício denota uma fé, uma obediência.

Portanto, sem fé é impossível agradar a Deus; não de uma forma teórica como os religiosos. Embora eu também tenha sido religioso um dia, porém, a minha fé não servia de nada; era apenas espuma. Quando precisei de ajuda, a fé não me ajudou, porque ela estava fadada ao fracasso devido a minha religiosidade. Por isso nós nos revoltamos contra esse sistema religioso. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1006, 2011).

Quanto às *Provas*, segundo Citelli (2006), fazem parte do discurso persuasivo a contrário do que se pensa. A validade dos argumentos expostos na *Narração* depende da capacidade de comprovar as afirmativas. Como estratégia de validação dos argumentos, Edir Macedo cita, em seu discurso, a atitude de Abraão perante os desígnios de Deus. Ele empenha-se em justificar a motivação da fé. Ex.:

A obediência de Abraão mostrava sua fé, essa crença nas Escrituras Sagradas. Deus pediu seu filho, ele não titubeou, na verdade, mostrou para Ele, para o mundo, para o diabo e a si mesmo que tinha uma certeza de que o Senhor seria capaz de abençoá-lo. Essa campanha não é uma imposição da IURD, mas ensinamos que aqueles que creem, sacrificam. Os que não creem, condenam, criticam, jogam pedras. Eu não quero saber se você vai ou não sacrificar, isso é problema seu! (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1006, 2011)

No que diz respeito à conclusão do texto persuasivo, esta etapa denomina-se *Peroração*. Segundo Ceia (2010), trata-se da parte final do discurso oratório composta, usualmente, pela recapitulação, a amplificação e a comoção do auditório. O autor afirma que recapitulação reaviva os principais argumentos defendidos durante o discurso; a amplificação evidencia uma ideia, intensificando-a, sendo conveniente ao orador engrandecer os argumentos favoráveis à causa e diminuir os contrários a ela; a comoção se faz com o apelo comovente aos fiéis. A *Peroração*, também é o momento de desfecho do propagador, conquanto permite um impactante colóquio final. De acordo com Aristóteles

A peroração compõe-se de quatro partes: a primeira consiste em dispô-lo mal para com o adversário; a segunda tem por fim amplificar ou atenuar o que se disse; a terceira, excitar as paixões no ouvinte; a quarta, proceder a uma recapitulação. (ARISTÓTELES *apud* CITELLI, 2006, p. 13).

O exemplo a seguir ilustra, fielmente, a etapa do discurso persuasivo que designamos acima. Neste trecho, o líder religioso pretende enfatizar a mensagem proferida durante as fases anteriores. Para tal, apela para a fé inabalável dos fiéis na misericórdia de Deus e para a credibilidade no sacrifício. Ex.:

Mas, que fique bem claro, ninguém é obrigado a nada na IURD, nem mesmo a fazer a Fogueira Santa. A Fogueira Santa é uma atitude exclusivamente pessoal. Não faça sacrifício porque estamos falando, mas faça pela sua fé! Se você não foi tocado, não ouviu a Voz da fé, do Espírito Santo, não participe! Porque se você manifesta qualquer dúvida, mesmo um fio de dúvida, não é para ti esse propósito de revolta. Essa não é uma campanha para aventureiros, para quem vai arriscar. Nem tome atitude baseado nos testemunhos, pois estes são apenas exemplos do poder de Deus. Elas ouviram a pregação que diz em Isaías 53: “Quem creu em nossa pregação? A quem foi revelado o braço do Senhor? Deus abençoe a todos. (FOLHA UNIVERSAL, Edição 1006, 2011).

Podemos perceber o quanto os estudos retóricos contribuem para a análise dos textos persuasivos. Embora no final do século XIX, como argumenta Citelli (2006), a retórica tenha sido relacionada à ideia de embelezamento do texto, não podemos ignorar sua total relevância para os estudos da persuasão. Contudo, vale ressaltar que a veracidade do discurso não está em questão quando falamos de persuasividade, o que se almeja é a aderência por parte dos ouvintes à opinião do emissor. Citelli (2006, p. 13) argumenta que

persuadir é, sobretudo, a busca de adesão a uma tese, perspectiva, entendimento, conceito, etc. evidenciado a partir de um ponto de vista que deseja convencer alguém ou um auditório sobre a validade do que se enuncia. Quem persuade leva o outro a aceitar determinada ideia ... alguém “aconselha” outra pessoa acerca da procedência daquilo que está sendo afirmado.

Desta forma, compreendemos que os líderes religiosos utilizam-se do discurso religioso para garantir a aceitação da comunidade religiosa às suas concepções. A exatidão, a clareza e a veracidade do discurso, muitas vezes, mostram-se prejudicadas pelo anseio em dissuadir os fiéis às intenções da instituição religiosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu analisar o discurso religioso como um texto de função fundamentalmente persuasiva. Identificamos nos textos publicados na *Folha Universal* pelo

pastor e líder religioso da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, características distintas de um discurso persuasivo, segundo a estrutura sugerida pelo filósofo grego Aristóteles, que muito contribuiu para o desenvolvimento da arte retórica.

Discorreremos sobre o estatuto do discurso religioso como um registro considerando suas características mais peculiares. Abordamos, ainda, a questão da reversibilidade no discurso religioso, explorando o que Orlandi (1987) denomina *ilusão da reversibilidade* e ressaltando a dicotomia entre marcas e propriedade do discurso.

Para finalizar, intencionamos contribuir para os estudos de análise do discurso sobre o funcionamento da linguagem no discurso religioso e, também, proporcionar a comunidade religiosa um melhor entendimento acerca dos textos aos quais baseiam sua fé.

Estamos conscientes, contudo, das limitações que nossa abordagem pode sugerir, já que a análise do discurso religioso que estamos propondo é meramente a análise de alguns excertos de textos religiosos e críticas poderiam ser levantadas no sentido de que tais excertos não representariam o discurso religioso como um todo. Ainda assim, diante da impossibilidade de abarcar o discurso religioso de uma forma ampla, acreditamos que a análise de uma amostra de textos autênticos como estamos propondo poderá contribuir para um melhor entendimento do funcionamento dos mecanismos de persuasão nos textos analisados. Possivelmente, esse entendimento poderá se estender a outros textos de natureza argumentativa

NOTAS

- ¹ Segundo Umberto Eco (1971), os sintagmas cristalizados são expressões invariáveis em que o uso solidifica sua construção impedindo qualquer tipo de mudança. São utilizados em pontos determinados do discurso.
- ² A autora esclarece que o termo “ilusão” não deve ser entendido como engano, mas como *sentimento*.
- ³ Entrevista a Augusto de Campos que se encontra em adendo ao livro *A Obra Aberta* de Umberto Eco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, L. S. *Introdução a Linguística*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

CEIA, C. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=362&Itemid=2. Acesso em novembro de 2011.

CITELLI, A. *Linguagem e Persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

MCCLEARY, L. *Sociolinguística*. Santa Catarina: UFSC, 2007.

ORLANDI, E. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

PEDROSA, C. E. F. *Discurso Religioso: funções e especificidade*. São Gonçalo: Soletas, UERJ, v. 3, 2007.

PETEAN, A. C. L. *O Sujeito e a Reversibilidade no Discurso Religioso*. Rio de Janeiro: CIFEFIL, mai./ago. 2008.

RIBEIRO, M. P. *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002.

SANT'ANNA, J. R. *Demagogia coercitiva nos discursos religiosos de Padre Agamedes, de Levantado do Chão, de José Saramago*. Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP, Salvador, 2009, p. 498- 514.

TORRESAN, J. L. *A Manipulação no discurso religioso*. São Paulo: Dialogia, v. 6, p. 95-105, 2007.

VIEIRA, R. C. *Veneno em maços: a metáfora no discurso jurídico*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 2010.